

EDITORIAL*

O capitalismo contemporâneo, estabelecido a partir da década de 1980, conformando o regime de acumulação integral, começa a partir dos anos 2000 apresentar sinais de esgotamento ou pelo menos anuncia que acomodações serão necessárias para manter os padrões de acumulação. Todo o movimento que foi realizado pelo capital a partir da crise da década de 1960/70 com a chamada reestruturação produtiva (implantação do toyotismo e modelos similares à escala mundial), implantação do estado neoliberal em quase todos os países do mundo e intensificação da exploração internacional dos países imperialistas sobre os países de capitalismo subordinado (o neoimperialismo) parecem demandar novas acomodações.

Trata-se de processo em curso. Não é possível ainda saber os contornos concretos que vão assumir as medidas das classes dominantes para manterem o regime de acumulação atual. Sinais de problemas apontam, contudo, em vários lugares: crise financeira e social de alguns países da zona do Euro (Grécia, Portugal, Espanha etc.), índice alarmante de desemprego em vários países da Europa, América Latina e África, conflitos políticos, étnicos e religiosos em Europa, África e Oriente Médio, recentemente a crise migratória ainda em Europa em razão de tais conflitos, desaceleração do crescimento industrial em alguns países etc. Poderíamos aqui estender a lista. Isso seria, contudo, contraproducente. O que deve ser feito é uma análise destas contradições dentro de um corpo teórico estruturado. Uma primeira abordagem já foi feita nesta direção. Trata-se do livro de Nildo Viana: *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Esta teoria deve agora ser enriquecida, pois os traços gerais já foram lançados.

É perceptível, à escala mundial, uma reascensão das lutas autônomas e independentes, chegando em alguns casos, a estágios bem avançados e radicais (Oaxaca no México, Piqueteiros na Argentina, por exemplo). Contudo, não se alinhou no horizonte de nossos dias ainda nenhum processo revolucionário. Desde fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 que vem ocorrendo em várias partes do mundo

* Editorial da Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 10, nº 18, jul/dez. 2015.

movimentos contestatórios de grande envergadura pelos mais variados motivos: megamanifestações de rua em Europa, Estados Unidos e Canadá contra o G8 até a primeira metade dos anos 2000, a Primavera Árabe que varreu ditaduras em todo o norte da África a partir de 2010, manifestações nas periferias de Paris em 2005 contra violência policial e pobreza, algo semelhante em várias cidades estadunidenses, sobretudo em Ferguson contra violência policial contra negros em 2014 e 2015, manifestações no Brasil contra o aumento da passagem de ônibus em 2013 etc. Indicamos aqui as que tiveram mais repercussão na imprensa nos últimos anos. A lista completa, contudo, é demasiado extensa. É dentro deste campo que este número da Revista *Enfrentamento* se insere. Pretende ser uma leitura, incompleta, do que podemos chamar *práticas de luta e do significado que estas têm para o desenvolvimento da consciência e da teoria revolucionária*.

Um estudo mais detalhado do capitalismo contemporâneo com indicações de estratégias de ação dos grupos, coletivos, movimentos e indivíduos revolucionários talvez seja um ponto a ser acentuado em nosso próximo número (jan/jul de 2016). Esperamos, nesta edição da *Enfrentamento*, trazer algumas indicações ao entendimento das lutas que se processam, mas sobretudo das linhas estratégicas, o problema organizacional, os limites e potências presentes, a supervalorização da prática, às vezes independentemente da forma de prática em questão, além de trazermos algumas experiências revolucionárias que esboçaram tentativas de libertação humana.

O número 16 da Revista *Enfrentamento* foi inteiramente dedicado às ideologias que atrapalham o desenvolvimento das lutas sociais hoje no Brasil (mas não apenas aqui). Criticamos, naquela oportunidade, as ideias e práticas mofadas do bolchevismo (leninismo, trotskismo, maoísmo etc.), sindicalismo, sindicalismo revolucionário, economia solidária. Percebemos que nossas críticas aos fundamentos ideológicos, pressupostos políticos e práticas organizacionais destas ideologias caminham no sentido do desenvolvimento das lutas sociais que se assanham hoje no Brasil e no mundo. Esta percepção nos conduziu à necessidade abordar mais detidamente o problema da chamada prática. Quais práticas de lutas vemos hoje despontando nas ruas, nos bairros, nas escolas, universidades, fábricas, canteiros de

obras no Brasil? Qual o significado destas práticas de lutas existentes hoje para a luta revolucionária presente de modo tendencial na atualidade?

Os textos recolhidos neste volume não dão conta da totalidade dos problemas envolvidos nestas questões. Tem, na verdade, o interesse e o mérito de os tematizar desde um ponto de vista revolucionário. Esta Revista não é, portanto, uma valorização sem critérios da assim chamada prática. É necessário envolver a análise das práticas dentro de um campo teórico que vislumbre e que se assente na potencialidade revolucionária da classe operária.

Analisar as práticas significa, portanto, não ser coevo de toda e qualquer forma de luta existente. Trata-se também de realizar um discurso que nem sempre agrade, às vezes, nem mesmo aqueles que se julgam a si mesmos como na esteira do processo revolucionário. Nosso ponto de partida é a revolução. Por conseguinte, nosso ponto de chegada é a transformação radical e total das relações sociais capitalistas. Assim, nossa análise das práticas de luta tem sempre em vista tal libertação.

Daí nossa rejeição radical da totalidade das instituições sindicais e partidárias como formas de organização legítimas da classe operária e demais classes trabalhadoras. Tais instituições são hoje totalmente avessas à emancipação humana, justamente por serem integradas às engrenagens capitalistas. Daí, também, nossa total rejeição à tentativa de ocupação do poder de estado, seja pela via eleitoral ou golpe de estado. Tal instituição não é somente integrada à sociedade capitalista. É, de modo mais profundo, garantia de manutenção e perpetuação desta sociedade (independentemente do partido e corrente política que esteja em seu leme).

Se a análise das práticas de lutas presentes hoje no país tem alguma relevância, é justamente demonstrar quais tendências devemos negar e combater (burguesas e burocráticas) e quais tendências devemos defender e reforçar (proletárias). Eis o campo de discussão no qual este número da *Enfrentamento* se imiscui.

Conselho Editorial